



## CONTRATO Nº 379

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ E MARIO AUGUSTO SILVA PEREIRA EPP. PARA A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA SETORES DA EDILIDADE, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 1º DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02 - PROCESSO Nº 88.642.**

### I - INTRÓITO

O presente instrumento rege-se fundamentalmente pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estando vinculado ao Processo nº 88.642, de acordo com a deliberação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

### II - DAS PARTES

São partes no presente instrumento para a aquisição de mobiliário para setores da Edilidade, autorizado nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme consta do Processo nº 88.033, com deliberação deferida no mesmo processado:

1. De um lado, na condição e doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, a **CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**, com sede nesta cidade, Estado de São Paulo, na Rua Barão de Jundiaí, nº 128, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 51.864.114/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Vereador FAOUAZ TAHA.

2. De outro lado, na condição e doravante simplesmente denominada CONTRATADA, a empresa **MARIO AUGUSTO SILVA PEREIRA EPP.**, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida São Paulo, nº 144, Bairro Além Ponte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.452.422/0001-06, neste ato representada por seu procurador, o Sr. JOSÉ AUGUSTO MAGNO, CPF nº [REDACTED].

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 2)

### III - DO OBJETO DO CONTRATO E SUAS CARACTERÍSTICAS

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui-se objeto do presente CONTRATO a aquisição de mobiliário para setores da Edilidade, atendendo as especificações mínimas descritas no **Anexo 01**, parte integrante do Edital de Pregão nº 09/2022, conforme os itens a seguir:

- 04 - CADEIRA GIRATÓRIA SEVILHA COM RODIZIO E BRAÇOS BRANCA – 36 UNIDADES;
- 05 - CADEIRA GIRATÓRIA SEVILHA COM RODIZIO E BRAÇOS PRETA – 28 UNIDADES;
- 06 - CADEIRA PÉS DE MADEIRA EAMES EIFFEL – 06 UNIDADES;
- 07 - LONGARINA AEROPORTO EM INOX – 01 UNIDADE.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital do Pregão Presencial nº 09/2022, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o processo nº 88.642.

### IV - DA DURAÇÃO E PRAZO

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A CONTRATADA cumprirá o Contrato observando o prazo de 24 (vinte e quatro meses) meses, contados a partir do dia da entrega do(s) produtos para fins de garantia, conforme especificações do **Anexo 01**.

### V - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA QUARTA** - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo(s) produto(s) estipulado(s) no presente ajuste, em moeda corrente nacional, a importância global de R\$ 141.780,00 (cento e quarenta e um mil, setecentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA QUINTA** - Os valores acima, já fixados em real, não sofrerão qualquer outro tipo de correção monetária.

**CLÁUSULA SEXTA** - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias a partir da entrega da apresentação da Nota Fiscal pela Contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – As partes acordam que a cobertura da garantia terá início a partir da data da entrega. A garantia contempla: mão de obra e reposição de peças que apresentem defeito funcional durante o período de vigência.

Parágrafo único: Se não houver a possibilidade de reparo, será realizada a troca por um produto similar com o mesmo padrão de qualidade.

*[Handwritten signatures]*



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 3)

**CLÁUSULA OITAVA** – A CONTRATADA deverá efetuar o reparo ou troca do produto em até 10 (dez) dias úteis a partir da abertura do chamado realizado pelo Setor de Zeladoria da Edilidade.

**CLÁUSULA NONA** - O pagamento será atendido com recursos provenientes da verba dotada no orçamento municipal sob a rubrica nº 01.01.01.031.0001.1001.4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – MOBILIÁRIO EM GERAL.

#### VI – DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Se prorrogada a vigência deste contrato, mediante justificativa fundamentada, poderá o mesmo ser revisto quanto ao valor, adotando-se índice de preços de periodicidade anual do setor, ou seja, IPC-FIPE, servindo o mesmo índice para outras correções ou correção de valor pago em atraso, na hipótese de inadimplência da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar pedido assinado pelo representante, mencionando seu posicionamento quanto a renovação da vigência, para análise e posterior negociação pela CONTRATANTE.

#### VII - DO REGIME JURÍDICO CONTRATUAL

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Nos termos da lei, compete, como prerrogativa unilateral, à CONTRATANTE, quanto ao contrato ora entabulado:

- a) fiscalizar-lhe a execução; e
- b) aplicar sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do ajuste.

#### VIII - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Pregão Presencial nº 09/2022, bem como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, que passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Atentará, principalmente, a CONTRATADA, no que forem aplicadas, às normas dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sendo-lhe terminantemente vedada a cessão ou transferência total do presente ajuste, fato que, ocorrendo, causará a rescisão automática e incondicional do presente ajuste, arcando também, a responsável, com as demais sanções previstas na Lei Civil e Penal.



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 4)

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Termo de Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A CONTRATADA obriga-se a realizar os serviços de garantia através de equipe de sua confiança e igualmente será responsável por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente contrato, bem como toda responsabilidade por qualquer tipo de subcontratação ou parceria que somente será admitida se parcial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - A equipe mencionada na cláusula anterior não terá nenhum vínculo empregatício ou contratual com a CONTRATANTE, uma vez que será designada e admitida pela CONTRATADA, cabendo a ela total responsabilidade sobre as avenças trabalhistas que vier a celebrar.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Os serviços de reparo deverão ser realizados pela CONTRATADA nos prédios da CONTRATANTE, situados na Rua Barão de Jundiaí, nº 128 – Centro – Jundiaí/SP (Prédio Sede) e na Rua Barão de Jundiaí, nº 153 – Centro – Jundiaí/SP (Prédio Anexo), durante o horário de expediente. Caso não seja possível a manutenção no local, ficará responsável pela retirada e devolução do item defeituoso devidamente reparado.

## IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Este contrato será rescindido pela CONTRATANTE, no todo ou em parte, de pleno direito, em qualquer tempo, isenta de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, se a CONTRATADA:

- a) não der cumprimento ou cumprir irregularmente suas cláusulas;
- b) ocasionar lentidão no cumprimento de suas obrigações, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços;
- c) paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação;
- d) atrasar o início da execução dos serviços, sem justificativa;
- e) subcontratar total ou parcialmente o seu objeto, transferir no todo ou em parte este contrato, sem prévia autorização da Câmara;
- f) desatender as determinações regulares do órgão encarregado de fiscalizar a execução dos serviços;
- g) cometer reiteradas faltas na sua execução;
- h) falir, entrar em concordata, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir;
- i) proceder a alteração social ou modificar a finalidade ou a estrutura da empresa, de modo a prejudicar sua execução;
- j) inobservar a boa técnica na execução dos serviços.

*Handwritten signatures and initials.*



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 5)

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Se a CONTRATADA der causa à rescisão sem justo motivo do ora contratado obrigar-se-á a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) do valor global deste contrato, obedecidos no mais os ditames dos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - Adotam CONTRATANTE e CONTRATADA, como motivos de rescisão da avença ora estatuída, o que expressamente determinam os artigos 77 a 81 da mencionada Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além das condições expressamente estipuladas no presente instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - Se a culpa da rescisão for imputada exclusivamente à CONTRATADA, ficará esta, em caráter de pena, impedida de participar de licitações futuras, ficando ainda obrigada ao ressarcimento dos prejuízos a que der causa, nos termos do artigo 389 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

#### X - DAS PENALIDADES

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento ou execução contratual;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante por até 05 (cinco) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

c.2) não mantiver a proposta;

c.3) falhar gravemente na execução do contrato;

c.4) na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 6)

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 05 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

- d.1) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d.2) comportar-se de modo inidôneo;
- d.3) cometer fraude fiscal;
- d.4) fraudar na execução do contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Independentemente das sanções retro, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados a CONTRATANTE e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de as demais classificadas não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

#### XI - PRAZOS E CONDIÇÕES DA ENTREGA

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA** - O prazo para entrega do(s) item(ns) será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados imediatamente a partir da data da assinatura do presente Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** - Somente em circunstâncias excepcionais, por motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, poderá ser modificado o prazo para início dos serviços.

#### XII - DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** – A fiscalização dos serviços, objeto desse contrato, será de responsabilidade da Diretoria de Administração, podendo embargar os serviços em desacordo com as especificações contratuais.

Parágrafo único – Nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica designado o servidor Roberto Vicente, exercente do cargo de Agente de Manutenção Geral, como encarregado da gestão do presente contrato, que será substituído pelo servidor Airton Moreira César, exercente do cargo de Agente de Serviços Auxiliares, em caso de impedimento do primeiro.

#### XIII - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - O contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e aos demais aplicáveis à espécie.

*[Handwritten signature]*



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 7)

#### XIV - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** - O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** - A CONTRATADA realizará a execução do objeto de modo a satisfazer plenamente os termos do Processo nº 88.642 e do Edital de Pregão Presencial nº 09/2022 e seus anexos, parte integrante deste.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** - A troca eventual de documentos entre CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** - Somente será admitida revisão de preços nos casos em que fatores supervenientes, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, determinem o desequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** - Todo serviço prestado pela CONTRATADA terá orientação e supervisão da CONTRATANTE, que será representada pela Diretoria Administrativa da Edilidade.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** - O ingresso e trânsito em determinadas dependências da CONTRATANTE somente poderão ocorrer após prévia autorização da Diretoria Administrativa.

#### XVI - DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### XVII - DO FORO

*[Handwritten signatures]*



(Processo nº 88.642 – Contrato nº 379 - fls. 8)

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA** - Fica eleito o foro da Comarca de Jundiaí, excepcionado qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia que o presente contrato porventura venha a suscitar.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA** - A parte que der causa ao rompimento deste instrumento arcará com as despesas processuais e demais verbas cominadas à espécie.

### XVIII - DO ENCERRAMENTO

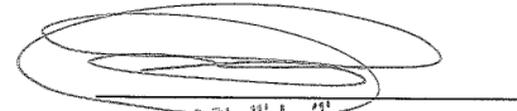
**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** - Por estarem assim, justas e concordes, CONTRATANTE e CONTRATADA firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, lidas e achadas conforme na presença de 02 (duas) testemunhas nomeadas e assinadas, na forma da lei.

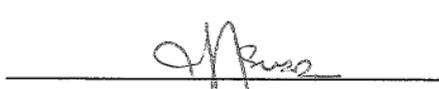
Jundiaí, 25 de julho de 2022.

  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
FAOUAZ TAÇA  
Presidente

  
**MARIO AUGUSTO SILVA PEREIRA EPP.**  
JOSÉ AUGUSTO MAGNO  
Procurador

Testemunhas:

  
Luciana M.P. Rivelli Amêlio  
Diretora Administrativa

  
ADRIANA J. DE JESUS RICARDO  
Diretora Financeira  
CRC: 1SP192409/0-6